

## 'Guerra' nas polícias obriga Mário Mendes a intervir



O secretário-geral de Segurança Interna, Mário Mendes, falou pessoalmente com os responsáveis da PJ que criticaram, numa carta, a actuação da PSP e da GNR. A Direcção da PJ promete pedir esclarecimentos aos seus funcionários.

O secretário-geral de Segurança Interna, Mário Mendes, falou pessoalmente com os dirigentes da PJ, José Brás, director de Lisboa, e Teófilo Santiago, de Aveiro, supostos autores das polémicas críticas que lançaram, através de uma carta publicada no jornal Correio da Manhã, à actuação da PSP e da GNR (ver caixa ao lado).

Segundo revelou ao DN Mário Mendes, os investigadores "deram a sua garantia que não pretendiam hostilizar nem ferir susceptibilidades de ninguém, mas apenas lançar a discussão sobre o modelo de policiamento".

O coordenador das polícias, que foi até 1996 dirigente da Judiciária, sublinha que tem "grande respeito profissional" por Brás e Santiago, que considera "excelentes investigadores criminais". No entanto, apesar de lhes reconhecer "todo o direito a exprimirem as suas opiniões" afirma que "é óbvio que o momento não foi oportuno".

Mário Mendes destaca a "excelente relação que tem havido entre todas as forças e serviços de segurança e o sucesso que esse facto tem proporcionado no combate á criminalidade,

principalmente a mais violenta". "Não nos desviaremos um milímetro da determinação de trabalhar em conjunto e fomentar sempre uma maior colaboração".

O secretário-geral admite, porém, que "existem algumas zonas cinzentas nas competências da investigação criminal que dão e vão sempre dar ocasião a conflitos". **Refere-se à 'zona' dos crimes de competência relativa da PJ, cuja investigação pode, por ordem do Ministério Público, passar para PSP ou GNR.**

**"As competências não devem ser consideradas um privilégio das forças e serviços de segurança, mas sim um instrumento para servir a sociedade no sentido de uma maior eficácia no combate ao crime".**

Entretanto, contactada pelo DN, fonte oficial da direcção da PJ entende não dever comentar "documentos sem autores assumidos", considerando que "importa antes apurar se a sua publicação constituiu a violação de deveres funcionais por parte de funcionário ou funcionários da PJ", dando a entender que vai mandar instaurar um inquérito.

A mesma fonte garante que o Director da PJ, Almeida Rodrigues, que se encontra de férias, deverá assumir uma posição, quando regressar ao gabinete na segunda- -feira. Ao que o DN soube, os chefes máximos da PSP e da GNR aguardavam ontem à tarde uma tomada de posição oficial da Direcção da Polícia Judiciária sobre a polémica. As críticas públicas foram, de qualquer forma, consideradas "infelizes" também pela direcção da PJ. Almeida Rodrigues poderá ter alguma dificuldade em satisfazer 'gregos e troianos'. Por um lado, internamente, não pode ir contra dois homens de sua confiança e respeitados pela 'casa'. Por outro não pode trair os seus homólogos.

\*\*\*\*\*

## **O que dizem os directores da PJ na carta**

Na carta publicada no Correio da Manhã, os assessores de Investigação Criminal - "quem" assina o artigo de opinião - referem que a GNR e a PSP preferem aguardar "que o crime aconteça em vez de patrulharem, para depois avançarem com exposições mediáticas à custa dos direitos dos cidadãos" e que aquelas mesmas autoridades "adoram intrometer-se no trabalho e competências dos outros [PJ], mesmo que deixem de cumprir as suas". Na

segunda parte da missiva, ontem publicada, os assessores de Investigação Criminal da PJ vão mais longe. "Mas não sejamos ingénuos. Esta falácia da falta de coordenação das polícias, à força de ser repetida por "especialistas e vozes autorizadas", pretende alcançar um objectivo final: a unificação ou tutela comum das polícias". E defendem que sem se conhecerem os resultados da última reforma legislativa da lei criminal se agarra "já nova bandeira, para que, de reforma em reforma conjuntural, nunca se permita responsabilizar ninguém pelo fracasso".